

Geopolítica, integração e política externa brasileira a partir de uma perspectiva antirracista

Mamadou Alpha Diallo

Apreender a geopolítica, o racismo e a política externa brasileira em perspectiva antirracista significa se debruçar sobre a história do mundo a partir do século xv e entender o impacto do desmoronamento dos impérios coloniais e do surgimento do Estado nas Américas no século xix sobre a manutenção e o fortalecimento das estruturas raciais e racialistas baseadas na manutenção de laços com a Europa colonial e escravocrata. Neste sentido, o silenciamento/negação do racismo enfraqueceu o Brasil como nação no sistema internacional. Ter uma política, uma postura antirracista, significa assumir a verdadeira identidade brasileira e o devido lugar de grande nação perante seus pares no sistema internacional.

Introdução

O século xv mudou drasticamente os rumos do mundo, da geopolítica e da geoestratégia. A chegada de Colombo às Américas lançou as bases do que viria a ser o mundo ocidental séculos depois, das estruturas dos Estados não somente da Europa, mas também das Américas. Mais tarde, os lucros oriundos do tráfico e do trabalho dos escravizados¹

Mamadou Alpha Diallo: é doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É professor de Relações Internacionais e Integração em la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Palavras-chave: Estado, identidade, racial, racialistas, sistema internacional, Brasil.

Nota: o autor agradece ao professor Dr. Alain Pascal Kaly (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRJ) pela leitura e comentários do texto.

1. Eric Williams: *Capitalismo e escravidão*, Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

possibilitaram o surgimento do capitalismo e da revolução industrial. Isso acabou criando as bases da consolidação das novas ciências² que inventaram pseudocientificamente os barômetros medidores e legitimadores dos graus da humanidade e dos tipos dos tratamentos outorgados a cada cidadão. Para melhor se encaixar ideologicamente nos ideários de civilidade e progresso, as autoridades brasileiras abraçaram cega e exclusivamente as normativas da cultura ocidental cristã.

Após a singular³ Revolução Americana no final do século XVIII e a Revolução Haitiana no início do seguinte, as Américas espanhola e portuguesa passaram a ruir irreversivelmente em termos políticos, culturais e ideológicos. As independências dos Estados decorrentes daqueles impérios ditaram drasticamente os novos rumos das geopolíticas coloniais e colonialistas para responder às necessidades cada vez mais urgentes do capitalismo necessitado de mais matérias-primas e de mercados de consumidores. Os desmoronamentos daqueles dois impérios coloniais no século XIX pariram vários novos Estados denominados de América Latina. Entretanto, no caso do Brasil, ser politicamente independente não implicou o corte definitivo das relações umbilicais com Portugal, nem com o mundo ocidental, ao negar quase totalmente suas outras origens: as africanas e as indígenas. Ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte, os debates encabeçados pelas elites políticas, intelectuais e acadêmicas sentenciaram que o futuro do país estava atrelado à esmagadora predominância dos brancos na sua população e à estreiteza das suas relações diplomáticas muito mais com os países predominantemente brancos, como a Europa, os Estados Unidos e países asiáticos⁴.

Aprender a geopolítica, o racismo e o antirracismo na vida e nos comportamentos de Estados como o Brasil significa olhar o passado para entender a importância dos processos e fluxos desencadeados a partir do século XV no chamado sistema Internacional. O segundo ponto importante neste processo é entender o impacto que o desmoronamento dos impérios coloniais e o surgimento do Estado nas Américas no século XIX tiveram na manutenção e no fortalecimento das estruturas raciais e racialistas, baseadas principalmente na opção da manutenção do cordão umbilical com Portugal, como também com toda a Europa colonial e escravocrata. Assim, parte-se da hipótese de que entender o racismo no Brasil, a ponto de analisar a sua

2. Stephen Jay Gould: *A falsa medida do homem*, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2014.

3. É uma revolução singular no mundo ocidental, pois foi a primeira vez que povos (irlandeses e escoceses) colonizados por outros povos brancos (ingleses) se libertam de seus colonizadores tradicionais.

4. Fabio Koifman: *Imigrante ideal. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012.

geopolítica e sua política externa de uma perspectiva antirracista, somente é possível se olharmos no retrovisor da história global. Argumenta-se, no entanto, que é muito necessário este olhar histórico, para entender e enfrentar o racismo no Brasil, pois isso contribui para o fortalecimento do Estado e a sua melhor inserção e integração na geopolítica global. Um olhar crítico sobre «a política externa pautada na democracia racial» pode permitir uma nova postura e, conseqüentemente, uma melhor aceitação do Brasil no cenário internacional.

Mudança dos rumos do mundo a partir do século xv

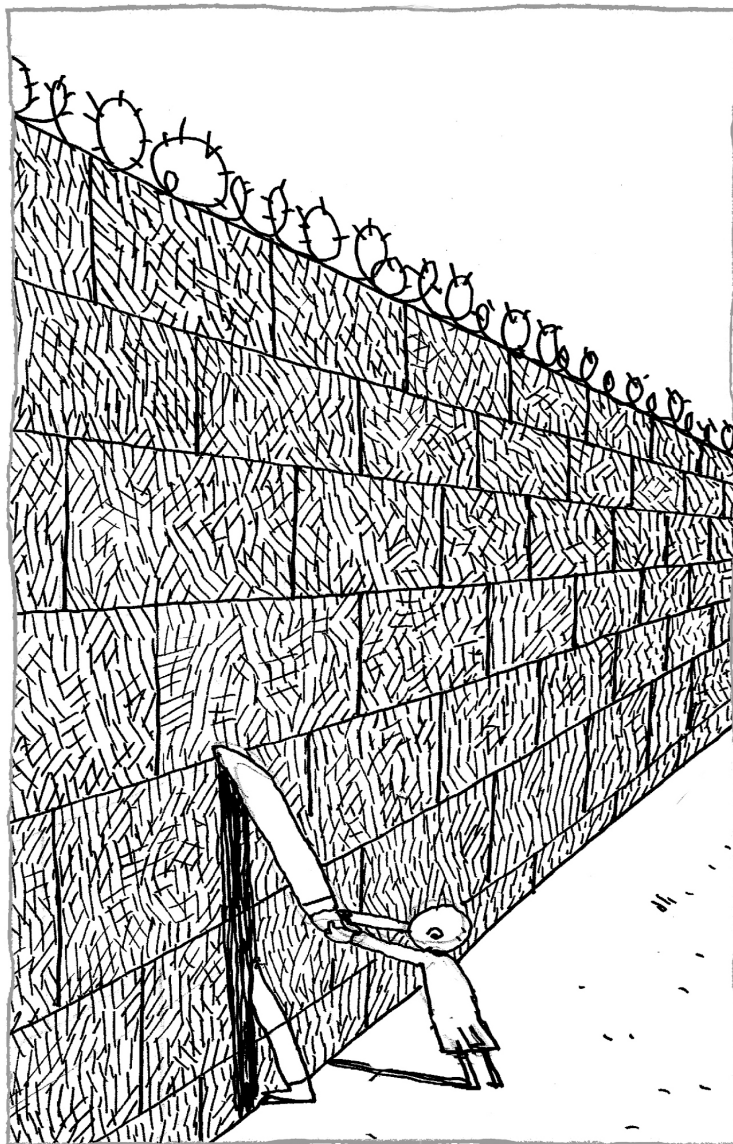
A conquista de Granada em 1492 pelos reis espanhóis não somente marcou o fim de seculares, complexas e ricas contribuições de africanos muçulmanos ao mundo ibérico, mas à civilização da humanidade. Foi aquela longa presença que forneceu todos os ingredientes para as conquistas das Américas, como também as plantas (café e a cana-de-açúcar) que transformaram totalmente as dietas alimentares, as economias mundiais e suas rotas⁵.

O século xv, que marca a chegada dos primeiros portugueses às costas africanas, inaugura o expansionismo europeu e é apelidado de «a ponte» entre o final da Idade Média e o início do Renascimento, registra, segundo Giovanni Arrighi, as principais mudanças que marcaram o mundo e o sistema internacional, tais como a criação de Estados nacionais e a formação do sistema capitalista mundial⁶. Estes «dois grandes processos» são tidos como europeus. No entanto, se podemos chamar estes acontecimentos de mudança é porque havia outras formas de relações e de sistemas. Neste sentido, vale lembrar que o barco foi a forma de transporte que abriu enormes possibilidades para conexões de longa distância, fazendo da madeira o item mais demandado nas áridas planícies aluviais da Mesopotâmia para construir palácios, templos e móveis⁷. Segundo o autor, esta madeira podia ser encontrada no litoral do Mediterrâneo e da Índia, e os fenícios foram os primeiros comerciantes especializados cujas habilidades de navegação permitiram estender sua rede comercial por todo o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo. Pode-se dizer que «a ponte» entre a Idade Média e o início da Modernidade

5. Alain Pascal Kaly: «A presença-ausência dos árabes e de muçulmanos nos processos de modernização brasileira: a readequação dos mapas coloniais» em *Revista Pós Ciências Sociais* vol. 13 Nº 26, 2016; Ahmed Faouzi: «Comment la prise de Grenade a changé le destin de l'Afrique» em *Jeune Afrique*, 1/6/2021.

6. Giovanni Arrighi e Beverly Silver: *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, UFRJ / Contraponto, Rio de Janeiro, 2001.

7. Nayan Chanda: *Sem fronteira: Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização*, Record, Rio de Janeiro, 2011.



© Nueva Sociedad / Eloar Guazzelli 2021

Eloar Guazzelli é artista plástico, quadrinista e diretor de arte para animação. É bacharel em Desenho e mestre pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Foi premiado em mostras de artes gráficas e festivais de cinema em Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lisboa, Teerã e Tóquio, entre outros. Participou de exposições e mostras no Brasil e no exterior. Foi premiado na categoria Cenografia no 31º Prêmio Shell, São Paulo, 2019. É professor no curso de Animação da FAAP-SP.

foi feita por esta madeira. Portanto, o ponto de partida da modernidade não está localizado na Europa. Assim, pode-se explicar o início da expansão europeia somente no século xv, devido a motivos tecnológicos, econômicos e políticos. A respeito do primeiro ponto, destaca-se o fato de a construção de navios capazes de percorrer longas distâncias nos vastos oceanos ter sido satisfatória no século xv com a invenção da caravela. Do ponto de vista econômico, destaca-se que até aquele século

os países europeus dependiam de um número espantoso de intermediários malaios, indianos, egípcios e italianos para o suprimento de bens e especiarias de que necessitavam da Índia e da China; conseqüentemente, o preço desses bens tornou-se cada vez mais alto. A descoberta de uma rota marítima para os mercados do Oriente, que não estaria sob o controle das potências muçulmanas, tornou-se cada vez mais urgente à medida que o preço das especiarias e outros produtos orientais disparavam. O ouro também se tornou uma mercadoria muito escassa na Europa no século xv, principalmente por causa da prática crescente de cunhar moedas em ouro em vez de prata. A descoberta das fontes de ouro que chegavam ao mercado do norte da África, das quais os portugueses se tornaram testemunhas oculares durante o ataque e conquista de Ceuta no Marrocos em 1415, foi certamente um dos fatores que precipitaram a exploração sistemática da costa da África logo após a expedição de Ceuta.⁸

Esta reflexão traz muitas informações, entre as quais destacamos a dependência europeia de produtos de outros povos até o século xv, a busca por rotas alternativas ao mundo muçulmano mostra que, de fato, o império arabo-muçulmano era uma ameaça à expansão capitalista da Europa e à descoberta das fontes do ouro (já escasso na Europa) africano que chegava ao norte da África, que será a base da moeda e do capitalismo. O terceiro motivo era político, já que, ao longo dos séculos xiv e xv, todos os países da Europa oriental tiveram de enfrentar constantes ameaças de invasão dos turcos otomanos; estes chegaram ao auge com a captura de Constantinopla em 1453. A França e a Inglaterra estiveram de 1337 a 1453 envolvidas em uma série de guerras que ficaram conhecidas como a Guerra dos Cem Anos. Percebe-se o porquê da «invenção da modernidade europeia» ao mesmo tempo que se tenta silenciar e apagar o passado, propondo um novo ponto de partida para as relações internacionais, sociais, econômicas, políticas culturais, geoeconômicas e ideológicas.

8. Adu Boahen e Jacob F. Ade Ajayi: *Topics in West African History*, Longman, Suffolk, 1986, p. 104, tradução do autor.

Segundo Arnold Toynbee, a ideologia é uma das principais armas do Ocidente, que a Rússia adotou (comunismo), uma heresia do cristianismo e também rejeitada pelo islamismo⁹. Ao fazer estas observações, ele nos mostra como a geopolítica foi a base do expansionismo, da colonização ocidental e resultou na «descoberta» das Américas. Segundo este autor, o mundo ocidental, ao responder à conquista da Cristandade ortodoxa do Oriente pelos turcos nos séculos XIV e XV, garantiu o domínio dos mares para cercar o islã, em vez de atacá-la como fez ao longo das Cruzadas, cujo resultado foi desastroso¹⁰. Neste sentido, ao contornar a África os navegadores portugueses buscavam chegar à Índia antes dos mongóis, a última onda de invasores muçulmanos que chegariam na Ásia central por terra.

Por outro lado, quando os espanhóis fizeram a ligação entre o Atlântico e o Pacífico, passando pela Cidade do México, uma nova fronteira foi estabelecida nas Filipinas, desta vez asiática, entre a cristandade ocidental e o islã, afirma Toynbee. Portanto, o cerco do mundo muçulmano precede o domínio do comércio triangular (África-Américas-Europa) de escravizados, das relações desumanas que tornaria o Atlântico o centro do capitalismo e da modernidade, mães do atual sistema de Estados.

Desde então, o conceito de raça, entendido como um produto da estratificação¹¹, ocupa uma posição central na análise de políticas domésticas e internacionais. Neste sentido, afirma Tilden J. LeMelle, raça se refere «a um grupo de pessoas que são socialmente definidas com base em critérios físicos»¹². Nos casos em que as características fenotípicas não são semelhantes, a raça é determinada por associação ou por escolha e, conseqüentemente, a estratificação racial é uma função da discriminação de um grupo racial.

A centralidade do conceito raça no sistema nacional/internacional, portanto, se explica pelas «novas» relações de poder construídas entre os séculos XV e XIX em cima do navio negreiro. Isto significa concretamente que o imperialismo – política de expansão, domínio territorial e domínio econômico – foi

O conceito de raça ocupa uma posição central na análise de políticas domésticas e internacionais

9. A. Toynbee: *The World and the West*, Oxford UP, Londres, 1953.

10. *Ibid.*, p. 95.

11. A estratificação racial existe quando a gama de escolhas individuais na sociedade é determinada, entre outros fatores, pela filiação a um determinado grupo racial. Assim, a estratificação racial é uma função da discriminação de um grupo racial subordinado a um dominante. Ver Tilden J. LeMelle: «Race, International Relations, us Foreign Policy, and the African Liberation Struggle» em *Journal of Black Studies* vol. 3 Nº 1, pp. 95-109, 1972.

12. *Ibid.*, p. 95.

justificado e reiterado pela superioridade de povos brancos em relação a povos não brancos¹³. Deste modo, concordamos com Eric Hobsbawm quando afirma:

Imaginar o mundo moderno sem palavras como indústria, industrial, fábrica, classe média, classe trabalhadora, capitalismo e socialismo, ou ainda aristocracia e ferrovia, liberal e conservador como termos políticos, nacionalidade, cientista e engenheiro, proletariado e crise (econômica), utilitário e estatística, sociologia e vários outros nomes das ciências modernas, jornalismo e ideologia, greve e pauperismo é medir a profundidade da revolução que eclodiu entre 1789 e 1848, e que constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos, quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado.¹⁴

Estas palavras de Hobsbawm resumem a importância das mudanças na geopolítica global entre os séculos xv e xix, mas também mostram as bases da formação e do funcionamento do Estado e do sistema internacional moderno, assim como as bases dos debates das elites políticas, intelectuais e acadêmicas, que decidiram que o futuro do Brasil está estreitamente atrelado à predominância dos brancos na sua população e à estreiteza das suas relações diplomáticas com países predominantemente brancos. Ou seja, a escolha que coloca o Brasil na posição de um filho eternamente dependente do pai (Europa), tendo em vista a sua negação, o desconhecimento e a rejeição das suas raízes latino-americanas e africanas.

Brasil: um filho que nunca se emancipou do seu pai

O Estado brasileiro é fruto, como vários outros países das Américas, da África e da Ásia, do expansionismo e da colonização europeia. Isto deveria fazer do Brasil um país que buscasse mais proximidade com países da América Latina, da África, da Ásia e depois da Europa, visto que as lutas de independência foram travadas entre a Europa e o resto. Nesta luta, a Revolução Haitiana, primeira nação negra a conquistar pelas armas sua independência, será de fundamental importância para os processos

13. Natália Alves Dorneles: «O contrato racial: Dimensões raciais na política externa estadunidense para Israel», trabalho de conclusão de curso-graduação, Faculdade de Ciências Econômicas - Curso de Relações Internacionais, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

14. E. Hobsbawm: *A era das revoluções: 1789-1848*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2015, p. 11.

de independência das Américas e da África do ponto de vista psicológico, econômico/material e militar, gerando o que bem resume o título do livro de Celia Maria Martinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*¹⁵. Este medo deve justificar o fato de os pais fundadores da nação brasileira, além de herdarem as estruturas do colonialismo, do escravismo, do imperialismo e do capitalismo europeu, buscaram negar a suas identidades físicas, morais e culturais no intuito de tornar o Brasil um país europeu, branco, na América Latina.

Isto significa negar a sua ascendência e vínculos com as populações originárias e afrodescendentes, para criar forçosamente laços parentais com a Europa. Será que as elites não perceberam que isto significava negar a independência, a autonomia e a emancipação do Brasil como Estado-nação? Não perceberam que, ao embarcarem nos discursos da «defesa da branquidão como bem ameaçado de extinção» dos funcionários coloniais a ser preservado¹⁶, estavam lutando contra o fim do colonialismo e, conseqüentemente, contra o fortalecimento e a preservação da autonomia da nação?

No Estado brasileiro, depois da sua independência em 1822, a raça e o racismo serão alguns dos elementos herdados do colonialismo e do escravismo europeus. Apesar disso, buscou-se sempre uma aproximação com os países europeus cuja grande parte das suas populações são tidas como brancas. Ao mesmo tempo, buscou-se distanciar de países e culturas que não sejam brancas. Igualmente vale lembrar que a independência acontece em pleno período dos debates sobre igualdades, motivados em parte pelo impacto da abolição da escravatura em curso. Nesta esteira, o já complexo desenvolvimento da raça como elemento de análise de política domésticas e de política externa se transforma no que é atualmente conhecido como um sistema racializado. Isto refere-se a sociedades ou sistemas nos quais os níveis econômico, político, social e ideológico são estruturados pela colocação de atores em categorias raciais. Esses sistemas são estruturados ou condicionados pela raça porque os sistemas sociais articulam dois ou mais padrões hierárquicos¹⁷.

**No Estado brasileiro,
a raça e o racismo
serão alguns dos
elementos herdados
do colonialismo e do
escravismo europeus**

15. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

16. Jerry Dávila: *Diploma da branquidão: Política social e racial no Brasil, 1917-1945*, UNESP, São Paulo, 2006, p. 25.

17. Clarence Lusane: *Colin Powell and Condoleezza Rice: Foreign Policy, Race, and the New American Century*, Praeger, Westport, 2006.

Deste modo, ao optar por uma política externa voltada à Europa branca, o Brasil concordou com as estruturas do sistema racializado dos europeus, incorporando seus valores e modelos apesar dos riscos, custos e consequências que tal opção poderia trazer e trouxe ao Estado brasileiro. Conforme Charles Tilly, ainda persistem no mundo inteiro os resíduos formais da administração europeia, disfarçados de códigos legais, constituições e títulos oficiais, embora nenhum dos Estados não europeus estabelecidos sob influência se assemelhe muito a seus congêneres europeus. Na opinião de Tilly, quanto menor a substituição das populações indígenas pelos imigrantes da Europa, maiores são as características distintivas dos Estados sucessores¹⁸.

Isto significa que os esforços empregados para tornar Brasil «um país de branco-europeizado» não deu certo. Pode-se afirmar que a busca do aperfeiçoamento da «raça» no sentido de criar uma «raça brasileira saudável», culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista¹⁹, pelas elites educadoras, é fortemente responsável pelo aprofundamento da ideologia racial no Brasil. Segundo Dávila, a implantação da educação pública universal no Brasil por intelectuais e funcionários públicos no início do século xx teve seus motivos e ações influenciados pela ideologia racial em três formas gerais:

Primeiro, basearam-se em séculos de dominação por uma casta de colonizadores europeus brancos e seus descendentes, que mandavam em seus escravizados, povos indígenas e indivíduos de ascendência mista. Segundo, embora esses intelectuais e formuladores de políticas tivessem se tornado cada vez mais críticos em relação à herança colonial, invariavelmente vinham da elite branca e permaneciam presos a valores sociais que, depois de séculos de colonialismo e dominação racial, continuavam a associar brancura a força, saúde e virtude – valores reforçados por meio da depreciação de outros grupos. Terceiro, criaram políticas educacionais em busca de um sonho utópico de um Brasil moderno, desenvolvido e democrático; sua visão era influenciada pelo significado que atribuíram a raça.²⁰

18. Os sistemas políticos da Índia, de Myanmar e do Iraque assemelham-se muito menos aos da Inglaterra que aos dos Estados colonizados, como Nova Zelândia, Austrália ou Canadá. Ver C. Tilly: *Coerção, capital e Estados europeus (1990-1992)*, usp, São Paulo, 1996, p. 37.

19. J. Dávila: op. cit., p. 21.

20. Ibid., p. 24.

Estas linhas trazem valiosas informações, mas considero a terceira a mais relevante, visto que é em nome do «sonho utópico» que a nação brasileira vai ser construída, vai se distanciar, rejeitar e desprezar a mãe África e, conseqüentemente, da sua maior riqueza e força como nação que é a população afrodescendente, mas principalmente os valores humanos, humanísticos, que poderiam levar à sonhada modernidade, ao desenvolvimento e à democracia. A este respeito, vale lembrar o ditado africano que advertia que, se existem aqueles que só sonham em ser brancos, o futuro cuidará de fazê-los entender que «viver na água não transforma o tronco de uma árvore em crocodilo»²¹. Ou seja, para a elite brasileira, que acreditava que sua nação racialmente mista carece de brancura e sonhou forjar um Brasil mais europeu, presa a um senso de modernidade vinculado à brancura²², os seus ancestrais do Mali, na voz de Seydou Badian, a informam que o Brasil nunca será um país branco, europeu ou europeizado.

Nesta ótica, podemos afirmar que o Estado e suas elites políticas, intelectuais e econômicas, ao fazer da defesa da brancura sua bandeira de política interna e externa, estão negando sua emancipação política, econômica, cultural e geoeconômica. Ao adotar a Europa, e focar no estabelecimento e manutenção de um «cordão umbilical» com a Europa «branca» colonial, estão negando seus antepassados latino-americanos (indígenas) e africanas. Ou seja, estão negando seus pais, sua história, cultura e valores em prol de prováveis pais adotivos. Neste aspecto, um dito do profeta do islã adverte:

Quem afirma ter um outro país que o seu, ou outros protetores que os seus, que ele seja amaldiçoado por Deus, pelos anjos e por todos os humanos juntos e, por isto, não tenham vergonha dos seus pais, pois quem tem vergonha do seu pai, comete um ato de descrença ou de ingratidão. Deus não aceitará dele, no dia do juiz final, nem arrependimento, nem compensação adequada.²³

21. Seydou Badian: *Sous l'orage*, Présence Africaine, Paris, 1959, p. 18, tradução do autor.

22. J. Dávila: op. cit.

23. « CXIII. L'Interdiction de s'apparenter à autre que son propre père ou de se dire le client d'autre que ses vrais protecteurs». Chamados de Hadith, estes ditos constituem a tradição (sunna) e são as lições que Mohamad dava aos seguidores sobre vários assuntos da vida e da sociedade. Mohieddine Annawawi: *Les jardins des vertueux de l'Imam Mohieddine Annawawi*, Dar-Al-Gharb al-Islami, Tunis, 1986, pp. 496-497.

**É em nome do
«sonho utópico»
que a nação brasileira
vai se distanciar,
rejeitar e desprezar
a mãe África**

Se aplicamos este dito ao Brasil, podemos perceber o perigo desta negação para o país no cenário internacional. Tal fato é simbolizado pela política externa pautada na «democracia racial» vista aqui como o silenciamento do racismo e do preconceito, como estratégia geopolítica e de política internacional. Portanto, geopoliticamente, esta postura da elite intelectual, política, moral e econômica pode ser considerada um pecado capital, que mantém o país no limbo, pois, ao não reconhecer suas origens e identidade latina e africana, também não é reconhecido pelos seus pretendidos pais adotivos europeus.

O título do livro *O mundo se despedaça*, de Chinua Achebe, resume muito bem o ambiente do qual o Brasil, como nação, sonhou fazer parte, o mundo da dita civilização europeia em desmoronamento econômico, político, moral. Nesta obra, Achebe mostra que a personagem principal, Okonkwo, tinha todos os motivos para ter vergonha do seu pai, Unoka²⁴,

Mesmo se o sonho de ser uma nação «europeia branca» fosse alcançado, o Brasil continuaria sendo julgado pelos seus valores

mas ressalta que felizmente, nesta sociedade, julga-se um homem segundo os seus valores e não pelos valores do seu pai²⁵. Isto significa que, mesmo se o sonho de ser uma nação «europeia branca» fosse alcançado, o Brasil continuaria sendo visto e julgado pelos seus valores, não pelos valores de seus «pais adotivos», os europeus. Aliás, é importante lembrar aos sonhadores do Brasil branco, europeu, que a civilização dita «europeia»/«ocidental», tal como dois séculos de

regime burguês a talharam, é incapaz de resolver os dois maiores problemas aos quais a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial²⁶. Ou seja, o branqueamento e a europeização do Brasil não resolvem os problemas do país, visto que são heranças da colonização europeia. Portanto, esta «civilização» pretendida e adotada pela elite brasileira é decadente, pois é incapaz de resolver os problemas que seu funcionamento suscita, reforça Césaire.

Igualmente, ao optarem por silenciar e negar a existência do racismo por meio dos discursos e da política externa baseada na «democracia racial», escolheram fechar os olhos aos problemas mais cruciais e iludir seus próprios princípios, comprovando ser uma civilização ferida e moribunda, nas palavras de Césaire. Por fim, acredita-se que faltou a esta elite fundadora da nação brasileira entender que, se a «dita civilização europeia» foi incapaz de

24. Não tinha nenhum título ou diploma, era preguiçoso e tinha muitas dívidas.

25. C. Achebe: *Le monde s'effondre*, Présence Africaine, Paris, 1972.

26. Aimé Césaire: *Discurso sobre o colonialismo*, Présence Africaine, Lisboa, 1971, p. 5.

se justificar, quer no campo da «razão», quer no campo da consciência²⁷, o Brasil também não seria capaz de justificar tais opções perante seu povo, e muito menos perante o resto do mundo, a começar pela Europa. Portanto, a negação do racismo no Brasil significou e significa ainda uma negação da emancipação, da independência e da autonomia, peças fundamentais para se lançar no sistema internacional caótico e barganhar geopoliticamente. Uma política externa antirracista se torna, para o Brasil, um meio de fortalecer o Estado internamente e conquistar mais espaço e respeito na geopolítica internacional.

Raça, racismo, política externa

Depois de tratar das mudanças geopolíticas a partir do século xv e mostrarmos como o Brasil independente buscou se inserir no sistema internacional a partir da ótica da «brancura» e da negação da existência do racismo no Brasil (democracia racial), esta parte busca mostrar que raça e racismo constituem os principais elementos de poder da elite branca dita «civilizada» e que se diz «civilizadora». Neste sentido, argumenta-se que no Brasil, sendo uma ex-colônia e não sendo uma nação branca (apesar das tentativas da elite nacional), a internalização do racismo significa se submeter ao neocolonialismo euroamericano. Por outro lado, devido à força e à influência cada vez mais fortes dos movimentos negros no sistema internacional, uma posição dúbia em relação ao tema distancia o Brasil dos países africanos e dos movimentos da diáspora africana e afrodescendentes, mas também da Europa e dos Estados Unidos desafiados pelas questões raciais, que se tornaram intoleráveis interna e externamente nas sociedades modernas.

Em relação ao racismo, há uma certa concordância dos analistas de que o racismo é comum, que o sistema de ascendência do branco sobre as pessoas de cor serve a propósitos importantes, tanto psíquicos quanto materiais, para o grupo dominante, comprovando a dificuldade de se abordar o tema, visto seu reconhecimento como «normal»²⁸. Segundo Richard Delgado e Jean Stefancic, «a convergência de interesses» ou determinismo material é outra dimensão característica do racismo. Nesta dimensão, como o racismo promove os interesses das elites brancas materialmente e dos brancos da classe trabalhadora psicologicamente, grandes segmentos da sociedade têm pouco incentivo para erradicá-lo, esquecendo-se de que a lógica do Cisne

27. A. Césaire: op. cit.

28. Richard Delgado e Jean Stefancic: *Critical Race Theory: An Introduction*, 3ª ed., New York UP, Nova York, 2017.

Negro torna o que voce não sabe mais relevante que aquilo que você sabe²⁹. Ou seja, as elites sabem dos seus interesses quando provêm o racismo, mas desconhecem que o Brasil como nação perde a oportunidade de ser uma nação livre, soberana, forte, respeitada e cobiçada para liderar ou, pelo menos, para fazer parte das lideranças do sistema internacional moderno.

Portanto, raça é uma construção social e uma poderosa metáfora sociológica que se desdobra e opera em vários níveis, às vezes cruzando-se com outras variáveis. E a interseção de raça, gênero, classe, poder e hegemonia, como ferramentas conceituais, é central para o estudo e a investigação das relações internacionais e das relações exteriores³⁰. Isto explica o ressurgimento, nos EUA, de estudos da raça e da política externa, como corrente das relações internacionais, devido a fatores como o movimento pelos direitos civis e o papel centrífugo que os afro-americanos têm desempenhado, por exemplo, ao influenciar as estratégias de política externa:

Os principais eventos dos séculos XIX, XX e XXI ilustram o papel dos movimentos sociais afro-americanos – das campanhas antiescravistas do final do século XIX à participação negra na Brigada Abraham Lincoln que lutou na Espanha de Franco; da questão do colonialismo e da formação das Nações Unidas à guerra do Vietnã; das lutas de libertação no sul da África ao papel dos ativistas e intelectuais negros na Conferência Mundial contra o Racismo (2001) – falam do papel crucial que os afro-americanos têm desempenhado nos assuntos internacionais. Frequentemente, seus pontos de vista são diametralmente opostos às políticas oficiais dos EUA.³¹

Estas linhas permitem perceber que o antirracismo sempre esteve na geopolítica e nas relações internacionais contemporâneas e, conseqüentemente, a posição de países como o Brasil em relação ao tema era muito importante. Isso fica muito mais evidente quando seguimos a reflexão de Marcus Rediker, que salienta que o navio negreiro trouxe consigo a raça³². Ora, sabemos que foi o mesmo navio negreiro que pariu não somente as Américas, o Ocidente, mas também as relações internacionais e a política externa modernas. Diante disso, é quase impossível que os estudos das relações internacionais não façam da raça e do racismo suas primazias analíticas. E, como não se

29. Nassim Nicholas Taleb: *A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável*, Best Seller, Rio de Janeiro, 2008.

30. R. Delgado e J. Stefancic: op. cit.

31. C. Lusane: op. cit., pp. 10-11.

32. M. Rediker: *O navio negreiro: Uma história humana*, Companhia das Letras, São Paulo, 2011.

pode falar neste sentido, podemos afirmar que a opção pela política externa que inspirou o título do livro *Diploma de brancura: Políticas sociais e raciais no Brasil, 1917-1945*, de Jerry Dávila, foi um erro geopolítico que afastou o Brasil do caminho integração honrosa do país no sistema mundo, pois o afastou dos países não brancos e não conseguiu aproximá-lo o suficiente dos países dos pais «adotivos»³³ euroamericanos.

A nova estrutura do sistema internacional pós-Segunda Guerra Mundial sob a liderança americana (Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização do Tratado do Atlântico Norte, etc.), foi encarregada de tomar decisões por toda a humanidade, e deu continuidade ao sistema europeu dos séculos precedentes. Neste sentido, assiste-se à vigência de um sistema social «racializado», referindo-se a sociedades ou sistemas nos quais os níveis econômico, político, social e ideológico são estruturados pela colocação de atores em categorias raciais³⁴. Este sistema, condicionado pela raça porquanto os sistemas sociais articulam dois ou mais padrões hierárquicos, é visto como um dos elementos que minaram a liderança global dos americanos, e a discriminação racial terá implicações entre a Europa e suas ex-colônias.

Consequentemente, as relações do Brasil com a Europa e o resto do mundo também são afetadas tanto pela discriminação racial quanto por sua política de negação. Inclusive segundo Clarence Lusane, no contexto de relações internacionais competitivas, a luta pelos direitos humanos, pelas minorias raciais e étnicas é melhor entendida se vinculada com a política externa estadunidense³⁵. Assim, os desafios dos EUA no pós-1945 foram como administrar suas responsabilidades como potência global e gerenciar o crescente movimento interno por justiça social e direitos civis num momento de mobilização de esforços para conter os soviéticos no âmbito da Guerra Fria³⁶. Também implica frisar que os movimentos dos direitos civis no Estado americano coincidem com os movimentos de lutas pela independência de africanos e asiáticos contra as potências coloniais europeias, aliadas dos EUA na Guerra Fria. Isto mostra as contradições brasileiras na sua política externa focada

As relações do Brasil com a Europa e o resto do mundo são afetadas tanto pela discriminação racial quanto por sua política de negação

33. Uso o termo porque considero que o Brasil adotou a Europa origem dos seus antepassados. Mas a Europa e os europeus enxergam o Brasil somente como uma ex-colônia, da mesma forma que as outras ex-colônias das Américas, da África e da Ásia.

34. C. Lusane: op. cit., p. 12.

35. Ibid.

36. Thomas Borstelmann: *The Cold War and the Color Line: American Race Relations in the Global Arena*, Harvard UP, Cambridge, 2001.

na «democracia racial» que nega o racismo, mas enaltece a branquitude e tem como objetivo estreitar os laços com a Europa, que é moral e espiritualmente indefensável³⁷.

Neste contexto, aliás, os interesses da Europa tinham que ser equilibrados com os do Terceiro Mundo independente emergente em uma aliança multicultural e anticomunista³⁸. Portanto, geopoliticamente, a opção brasileira levou conscientemente ou não a um isolamento global do país (Brasil), já que, devido às pressões internas e internacionais ao governo americano por direitos iguais entre os povos, a grande potência se verá obrigada a pressionar seus aliados da Europa por menos discriminação, mais reconhecimento e respeito pelas diferenças. Além disso, os países africanos e asiáticos e os movimentos negros do mundo inteiro pressionavam pelo fim da escravidão, mas principalmente dos tratos que decorrem do escravismo, do colonialismo e do imperialismo. O que dizer dos impactos sociais desta opção?

«Passamos por este mundo apenas uma vez. Poucas tragédias podem ser maiores que a atrofia da vida; poucas injustiças podem ser mais profundas do que ser privado da oportunidade de competir, ou mesmo de ter esperança, por causa da imposição de um limite externo, mas que se tenta fazer passar por interno»³⁹. Estas linhas de Gould resumem bem os impactos sociais, políticos, econômicos, culturais, humanitários e humanísticos do racismo no sistema internacional e de sua internalização em países como o Brasil. O racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele estão sempre na vida cotidiana e por isso, segundo Alain Pascal Kaly, o estudante universitário preto, africano no Brasil tem sempre mostrar ou provar que «não é aquele que eles pensam que é», enquanto especialistas, acadêmicos e cientistas sociais continuam afirmando que «o negro vítima de racismo é o negro pobre», ou seja, que a discriminação racial no Brasil seria ligada à situação social das pessoas negras⁴⁰. Esta visão economicista da questão racial no Brasil, assumida por acadêmicos, cientistas e tomadores de decisões, comprova o argumento segundo o qual a incidência dos preconceitos sociais foi produto de uma fraude deliberada. No entanto, os preconceitos, embora muitas vezes expressados de forma fraudulenta, exercem uma influência inconsciente já que os cientistas acreditaram estarem buscando a verdade pura⁴¹. Assim, concordamos com a ideia de que «colocar a sabedoria convencional de ponta-cabeça demonstra o quão inaplicável ela é ao nosso

37. A. Césaire: op. cit.

38. T. Borstelmann: op. cit.

39. S.J. Gould: op. cit., p. 27.

40. A.P. Kaly: «O Ser Preto africano no ‘paraíso terrestre’ brasileiro: Um sociólogo senegalês no Brasil» em *Lusothopie* Nº 8, 2001.

41. S.J. Gould: op. cit.

ambiente moderno complexo e cada vez mais recursivo, ou seja, o mundo atual possui um número crescente de ciclos de retroalimentação, o que faz com que eventos sejam a causa de mais eventos»⁴².

No caso do Brasil, o sonho de fundar uma «nação branca» europeia, a invenção e sustentação da «democracia racial» como bandeira de política externa, a inconsciência da influência dos preconceitos baseados em fraudes, são alguns destes fenômenos cíclicos que retroalimentam o racismo e mantêm o Brasil na periferia do sistema internacional, deixando seu povo na eterna expectativa de ver o país se tornar uma nação emergente, desenvolvida e livre dos problemas socioculturais, políticos e econômicos causados pela incapacidade de se prever o curso da história. Por isso, apesar de o fim da Guerra Fria trazer avanços nas questões raciais materializadas pela Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata de 2001 (Conferência de Durban), e apesar dos avanços do ponto de vista discursivo e normativo, o Brasil está ainda aquém do que se espera em termos de políticas raciais.

Isto porque os debates internos continuam contaminados pela tese da inexistência do racismo. Tanto que a palavra «raça» foi retirada do texto final, e ações previstas para combater o racismo foram também excluídas da proposta original do Estatuto da Igualdade Racial, comprovando que os mecanismos que possibilitem a difusão racial estão intrinsecamente ligados ao poder de influência deles adquirida por meio da habilidade de alterar estruturas ou culturas, de reutilizar e reciclar ideias raciais⁴³.

Os debates internos continuam contaminados pela tese da inexistência do racismo

Considerações finais

Esta reflexão teve como objetivo se debruçar sobre geopolítica, integração e política externa brasileira de uma perspectiva antirracista, entendendo que a formação do Estado brasileiro, com os problemas raciais nele embutidos, é compreensível somente de uma perspectiva histórica. Iniciamos tratando das mudanças geopolíticas dos séculos xv a xix, mostrando como tais processos influenciaram a formação do sistema internacional moderno-capitalista, da Nação brasileira. Intitulamos o segundo ponto, provocativamente, de

42. N.N. Taleb: op. cit., p. 20.

43. Sales Augusto dos Santos, João Vitor Moreno e Dora Lúcia Bertulio: *O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12288 de 20 de julho de 2010*, INESC, Brasília, 2011.

Brasil: um filho que nunca se emancipou do seu pai, no intuito de mostrar como a busca pelo branqueamento impediu a emancipação, a autonomia e a soberania – e, portanto, a liberdade de escolher uma estratégia própria de inserção e integração benéfica no sistema internacional caótico por natureza. No terceiro e último ponto, tratamos de raça, racismo e política externa, buscando mostrar como nas opções de política externa, baseadas no sonho de ter um Brasil branco «sem os brasileiros», adotou-se a «democracia racial» como estratégia de inserção internacional, enquanto internamente «o genocídio do negro brasileiro»⁴⁴ seguia seu curso.

Concluimos que, geopoliticamente, ao negar a sua própria identidade, reforçar em vez de combater o racismo, a nação brasileira optou pelo isolamento, preferiu ser um pedaço de madeira no meio dos crocodilos das águas profundas em vez de desfrutar as dádivas das florestas amazônicas. Ou seja, no momento que assumir a identidade brasileira, e combater o racismo interna e internacionalmente, o Brasil será no sistema internacional, na geopolítica, o que a floresta amazônica é neste ambiente. O Brasil sem o racismo é e será uma nação gigante e respeitado no sistema internacional, valioso geopoliticamente como a floresta amazônica é para o meio ambiente. Por isso, concordamos com Barack Obama quando afirma que, neste mundo globalizado, aprendemos a viver juntos, a cooperar e a reconhecer a *dignidade do outro*, caso contrário pereceremos⁴⁵. ☒

44. Abdias Nascimento: *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*, Perspectivas, São Paulo, 2016.

45. B. Obama: *Une terre promise*, Fayard, Paris, 2020, p. 9. [Edição em português: *Uma terra prometida*, Companhia das Letras, São Paulo, 2020].